

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 240410PE00034

LICITAÇÃO Nº. 00034/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM

LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ

AV 1 DE ABRIL , 379 - CENTRO - SUMÉ - PB.

CEP: 58540-000 - E-mail: cplsume@gmail.com - Tel.: (83) 3353-2274.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 08.874.935/0001-09, doravante **denominado simplesmente ORC**, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 10:30 horas do dia 26 de Abril de 2024, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade Pregão nº 00034/2024, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**.

Data de abertura da sessão pública: 26/04/2024. Horário: 10:30 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 26/04/2024. Horário: 10:35 - horário de Brasília.

Local: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**.

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.4.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE** –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos do mesmo diploma legal.

1.7.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 14:00 horas.

2.2.Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1.No endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5. ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. <https://www.sume.pb.gov.br/>;

3.2.1.2. www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3. www.portaldecompraspublicas.com.br; e

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

5.2. O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I. Na hipótese do referido termo não estabelecer o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, essa será feita na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

02 – 02 – 03 – 04 – 05 – 06 – 08 – 09 – 10 – 11 – 12 – 04.122.1002.2.002 / 04.122.1003.2.005 / 04.122.1003.2.007 / 12.122.1003.2.009 / 12.361.2003.2.023 / 12.361.2003.2.028 / 12.361.2016.2.083 / 12.365.2002.2.021 / 27.122.1003.2.011 / 08.122.1003.2.012 / 08.243.2010.2.053 / 08.243.2010.2.054 / 08.243.2010.2.091 / 15.122.1003.2.018 / 20.122.1003.2.006 / 08.244.2009.2.049 / 10.122.1003.2.010 / 10.122.2013.2.079 / 10.301.2013.2.071 / 10.301.2013.2.073 / 10.302.2013.2.078 / 10.302.2013.2.080 – 3.3.90.39.00

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2. Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.5. Não poderão participar os interessados:

6.5.1. Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.5.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.5.3. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.5.4. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.5.5. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta licitação; e

6.5.6. Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6. O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7. É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.7.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

6.7.2. Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

6.7.2.1. Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.7.3. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.7.4. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.7.5. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.7.6. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.7.7. A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.8. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9.CONDIÇÕES ESPECÍFICAS: O licitante deverá atender aos requisitos abaixo e os respectivos comprovantes, obrigatoriamente, integrarão a documentação para fins de habilitação:

6.9.1.Comprovação de capacidade técnico-operacional, através de certidão ou atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado **em favor do Licitante**, que demonstre a sua capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação. Serão admitidas as certidões ou os atestados referentes à execução de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente certame.

6.9.1.1.O licitante poderá apresentar mais de uma certidão ou atestado para comprovação da sua capacidade técnico-operacional.

6.9.2.Demonstrativo da situação financeira da empresa, extraído do seu balanço patrimonial do último exercício social já exigível, formalmente assinado por profissional da área contábil, devidamente habilitado, apresentando os resultados abaixo:

$$\begin{aligned} \text{ILG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00 \\ \text{ISG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00 \\ \text{ILC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00 \end{aligned}$$

Onde:

ILG - Índice de Liquidez Geral;

ISG - Índice de Solvência Geral;

ILC - Índice de Liquidez Corrente.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3.O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3.Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4.Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.7.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1.A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2.Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8.O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

- 8.9.O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.10.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.11.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 8.12.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:
- 9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
- 9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;
- 9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
- 9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.
- 9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.
- 9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.
- 9.5.A indicação de "própria" em campo específico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.
- 9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.8.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.9.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 9.10.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 9.11.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.
- 9.12.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:
- 10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
- 10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
- 10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:
- 10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:
- 10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2,00 (dois por cento).
- 10.8.Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:
- 10.8.1.O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável;
- 10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.11.A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.12.Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 10.13.Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:
- 10.13.1.Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 10.14.Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
- 10.15.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.16.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 10.17.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.18.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.19.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.20.Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.
- 10.21.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.22.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.23.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 10.24.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.25.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.
- 10.26.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
- 10.26.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.26.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.26.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.26.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.27.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:
- 10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
- 10.27.2. Empresas brasileiras;
- 10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.28.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.28.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.28.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.28.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
- 10.28.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 10.28.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
- 10.29.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.
- 10.30.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.
- 11.2.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:
- 11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.3.1.Contiver vícios insanáveis;
- 11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
- 11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.4.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 02 (duas) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:
- 11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.4.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 11.4.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.4.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 11.4.3.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.
- 11.5.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.
- 11.6.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.7.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.3.2.Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais. Os referidos documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos. As pessoas jurídicas criadas no exercício financeiro desta licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.3.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.4.Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.5.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.6.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.7.Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.8.Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.9.Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.10.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br.

12.3.11.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.12.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.13.Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.13.1.Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2.Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3.Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4.Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5.Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;

12.3.13.6.Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta; e

12.3.13.7.Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4.Documentação específica - pessoa jurídica:

12.4.1.Comprovação de capacidade técnico-operacional - item 6.9.1.

12.4.2.Demonstrativo da situação financeira da empresa - item 6.9.2.

12.5.Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.5.1.A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pelo Pregoeiro, correspondendo a:

12.5.1.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.5.1.2.Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

12.5.1.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.6.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.6.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.6.2.De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.7.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.7.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.8.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.9.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.9.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.9.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.10.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.10.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.11.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.11.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.11.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.11.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.11.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.11.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.11.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.12.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.13.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.14.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.14.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.14.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.14.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.15.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.16.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;

13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inhabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas;

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

17.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2.Obrigações do Contratado:

19.2.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0.DO PAGAMENTO

20.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX =

percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Av 1 de Abril, 379 – Centro – Sumé – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 14:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Sumé, Estado da Paraíba.

Sumé - PB, 12 de Abril de 2024.

DIMITRIUS LAURENT FERREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	AGENDA DE COMPROMISSO PERMANENTE TAM 145X205MM	UNID	200
2	ALFINETE COLORIDO CABEÇA REDONDA, CAIXA C/50 UNIDADES	UNID	80
3	ALMOFADA PARA CARIMBO N 3 CAIXA PLASTICA COM ESPONJA ABSORVENTE ENTINTADA DIVERSAS CORES	UNID	80
4	APAGADOR DE QUADRO BRANCO,CORPO PLÁSTICO, COM FELTRO, DIMENSÕES 50MM(COMPRIENTO) X 60MM (LARGURA) X40MM (ALTURA)	UNID	250
5	APONTADOR DE LÁPIS PLASTICO SEM DEPOSITO (ESTILO ESCOLAR) C/24	CAIXA	20
6	ARQUIVO MORTO POLIONDA OFICIO 240X340X130MM CORES VARIADAS	UNID	700
7	BARBANTE EM ALGODÃO CRÚ, COM 08 FIOS	ROLO	30
8	BEXIGAS COLORIDAS SACO C/50 UNID	PACOTE	600
9	BOBINA ADESIVA RIPON	UNID	10
10	BOBINA PARA PONTO ELETRONICO	UNID	30
11	BLOCO PARA RECADOS ADESIVOS, 76MMX102MM, C/100 FLS	PACOTE	300
12	BLOCO PARA RECADOS MEIO OFICIO	UNID	150
13	BOBINA DE PAPEL TERMICO 0,57X0,30	UNID	60
14	BORRACHA BIOCOLOR PARA APAGAR LAPIS E CANETA RETANGULAR	UNID	100
15	BORRACHA ESCOLAR,BRANCA, MACIA, Nº 40, CAIXA C/40 UNIDADES	CAIXA	20
16	BORRACHA PONTEIRA BRANCA C/ 100 UNIDADES	PACOTE	60
17	CADERNO ARAMADO GRANDE 10 MATÉRIAS	UNID	250
18	CADERNO ARAMADO GRANDE CAPA DURA 1 MAT	UNID	250
19	CADERNO PEQUENO CAPA DURA LISA	UNID	180
20	CADERNO BROCHURA PEQUENO, CAPA MOLE, C/ 60 FLS, FORMATO 144X280 MM	UNID	300
21	CADERNO DESENHO GRANDE 48 FOLHAS	UNID	150
22	CAIXA CORRESPONDENCIA SIMPLES	UNID	10
23	CAIXA CORRESPONDENCIA DUPLA	UNID	10
24	CAIXA CORRESPONDENCIA TRIPLA	UNID	10
25	CALCULADORA GRANDE 12 DIGITOS	UNID	20
26	CALCULADORA MEDIA 08 DIGITOS	UNID	40
27	CANETA ESFEROG CX C/50 AZUL PONTA FINA	CAIXA	120
28	CANETA ESFEROG CX C/50 PRETO PONTA FINA	CAIXA	80
29	CANETA ESFEROG CX C/50 VERM PONTA FINA	CAIXA	40
30	CANETA RETROPROJETOR P. GROSSA CX C/12 UNID	CAIXA	15
31	CAPA P/ ENCADERNAÇÃO A4 C/ 100	PACOTE	5
32	CARBONO 1 FACE AZUL C/100 FL	UNID	10
33	CARTOLINA COLORSET	UNID	1000
34	CARTOLINA COMUM CORES VARIADAS	UNID	3000
35	CARTOLINA GUACHE	UNID	800
36	CARTOLINA LAMINADA	UNID	500
37	CARTOLINA MICROONDULADA	UNID	250
38	CLASSIFICADOR DUPLO	UNID	300
39	CLIPS NIQUELADO 3/0 CX C/50	UNID	150
40	CLIPS NIQUELADO 6/0 CX C/50	UNID	150
41	CLIPS NIQUELADO 8/0 CX C/25	UNID	150
42	COLA BRANCA EM BASTAO, 8 GRS, A BASE DE ÁGUA, COM GLICERINA, LAVAVEL NÃO TÓXICO	UNID	40
43	COLA BRANCA LIQUIDA PARA PAPEL 1KG	UNID	100
44	COLA BRANCA LIQUIDA, COM 90 G, NÃO TÓXICA	UNID	200

45	COLA COLORIDA CAIXA C/6 UNIDADES	UNID	70
46	COLA COLORIDA COM GLITTER, CORES SORTIDAS, LÍQUIDA, C/04 CORES	UNID	70
47	COLA DE EVA 90G	UNID	15
48	COLA DE ISOPOR 900G	UNID	30
49	COLA INSTANTANEO 20G	UNID	30
50	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA FINA1KG	PACOTE	40
51	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA GROSSA1KG	PACOTE	40
52	CONTRA CAPA P/ ENAD A4 C/100	PACOTE	5
53	CORRETIVO LIQUIDO, À BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, LAVÁVEL, DE SECAGEM RÁPIDA, PARA APLICAÇÃO EM PAPEL E SIMILARES, FRASCO DE 18ML	UNID	80
54	CORTADOR DE ISOPOR	UNID	2
55	DUREX GRANDE (12X65)	UNID	50
56	DUREX PEQUENO (12X10)	UNID	50
57	DVD GRAVÁVEL	UNID	100
58	ENVELOPE BRANCO GRANDE C/100	PACOTE	50
59	ENVELOPE BRANCO MÉDIO C/100	PACOTE	50
60	ENVELOPE BRANCO PEQUENO C/100	PACOTE	30
61	ENVELOPE BRANCO TAM. OFICIO C/100	PACOTE	50
62	ENVELOPE MADEIRA GRANDE C/100	PACOTE	50
63	ENVELOPE MADEIRA MÉDIO C/100	PACOTE	50
64	ENVELOPE MADEIRA PEQUENO C/100	PACOTE	30
65	ENVELOPE MADEIRA TAM.OFICIO C/100	PACOTE	50
66	ESTILETE ESTREITO	UNID	60
67	ESTILETE LARGO	UNID	60
68	ETIQUETA DE PREÇO GRANDE C/06 UNID	PACOTE	5
69	ETIQUETA DE PREÇO PEQUENO	PACOTE	5
70	EXTRATOR DE GRAMPO METAL	UNID	70
71	FITA ADESIVA LARGA(TRANSPARENTE)	UNID	150
72	FITA CREPE ESTREITA (18X50)	UNID	50
73	FITA CREPE LARGA	UNID	50
74	FITA DECORATIVA COLORIDA	UNID	80
75	FITA DUPLA FACE FINA (12X30)	UNID	50
76	FITA DUPLA FACE LARGA	UNID	50
77	FITILHO COLORIDO FINO	UNID	100
78	FOLHA DE ISOPOR 10 MM	UNID	30
79	FOLHA DE ISOPOR 15 MM	UNID	30
80	FOLHA DE ISOPOR 20 MM	UNID	30
81	GLITTER ESCOLAR CAIXA C/12	PACOTE	50
82	GRAMPEADOR PARA MADEIRA AZUL	UNID	8
83	GRAMPEADOR DE MESA PARA GRAMPEAR ATE 100 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6	UNID	10
84	GRAMPEADOR DE MESA, PARA GRAMPEAR ATE 25 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6	UNID	80
85	GRAMPO 26/6 CAIXA C/5000	UNID	150
86	GRAMPO 106/6 CAIXA C/3500	UNID	20
87	GRAMPO TRILHO METALIZADOS ESTENDIDO PARA PASTA 80 MM CX C/50 UNID.	UNID	30
88	LAPIS DE CERA GD CX C/12	CAIXA	300
89	LAPIS DE COR, TAMANHO GRANDE, CAIXA C/12 UNID	CAIXA	500
90	LÁPIS GRAFITE Nº2, HEXAGONAL, CAIXA C/144 UNID	CAIXA	60
91	LÁPIS HIDROCOR GRANDE CX C/12	CAIXA	300
92	LÁPIS MARCA TEXTO CX C/12	CAIXA	40
93	LÁPIS P/QUADRO BRANCO CX C/12	CAIXA	80
94	LÁPIS PINCEL ATÔMICO CX C/12	CAIXA	20
95	LIGA DE BORRACHA PACOTE 110GR	PACOTE	50
96	LIVRO DE ATA 100 FLS	UNID	100
97	LIVRO DE PONTO C/100 FOLHAS	UNID	80
98	LIVRO DE PROTOCOLO 100 FLS	UNID	60
99	LIVRO REGISTRO – PSICOTROPICO	UNID	4
100	MASSA MODELAR GRANDE	CAIXA	300
101	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA C/12GR	UNID	20
102	PAPEL CAMURÇA, CORES VARIADAS, 40X60CM	UNID	200
103	PAPEL CARTAO LISO C/50	PACOTE	150
104	PAPEL CASCA DE OVO C/50	PACOTE	50
105	PAPEL CELOFONE	UNID	200
106	PAPEL CREPOM SIMPLES	UNID	300
107	PAPEL FOTO A4 ADESIVO C/20 UNID	PACOTE	40
108	PAPEL LAMINADO	UNID	100
109	PAPEL MADEIRA	UNID	250
110	PAPEL OFICIO A4	RESMA	3000
111	PAPEL OFICIO COLORIDO C/100	PACOTE	100
112	PAPEL PAUTADO C/16 UNID	PACOTE	50
113	PAPEL PRESENTE	UNID	300
114	PAPEL SEDA	UNID	500
115	PASTA AZ LARGA	UNID	300
116	PASTA C/TRILHO PLASTICA	UNID	300
117	PASTA ESCOLAR 18MM	UNID	140
118	PASTA ESCOLAR 30MM	UNID	100
119	PASTA ESCOLAR 40MM	UNID	80

120	PASTA ESCOLAR 55MM	UNID	80
121	PASTA OFICIO PLÁSTICA	UNID	500
122	PASTA SUSPENSIVA PAPELÃO	UNID	200
123	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS	UNID	4
124	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 50 FOLHAS	UNID	6
125	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 40 FOLHAS	UNID	15
126	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS	UNID	10
127	PINCEL ACHATADO Nº08 C/12 UNID	UNID	10
128	PINCEL ACHATADO Nº12 C/12 UNID	UNID	10
129	PINCEL ACHATADO Nº14 C/12 UNID	UNID	10
130	PINCEL ACHATADO Nº16 C/12 UNID	UNID	10
131	PINCEL ACHATADO Nº20 C/12 UNID	UNID	10
132	PINCEL ACHATADO Nº22 C/12 UNID	UNID	10
133	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	UNID	30
134	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	UNID	30
135	PLACA E.V.A. COM GLITTER C/ 5 UNID	FOLHA	500
136	PLACA E.V.A. FINA COMUM C/10 UNID	FOLHA	500
137	PORTA LAPIS E CLIPES ACRILICO	UNID	30
138	PRANCHETA ACRILICA TAM. OFICIO	UNID	50
139	PRANCHETA NORMAL GRANDE	UNID	80
140	PRANCHETA NORMAL PEQUENA	UNID	60
141	QUADRO BRANCO 1200CMX150CM	UNID	10
142	QUADRO BRANCO 90CMX120CM	UNID	10
143	QUADRO DE AVISO 60X90	UNID	10
144	REABASTECEDOR PARA LAPIS QD BRANCO 1L	UNID	40
145	REGUA TRANSPARENTE 30 CM	UNID	200
146	SUPORTE P/DUREX GRANDE	UNID	10
147	SUPORTE P/DUREX PEQUENO	UNID	15
148	TECIDO NÃO TEXTURIZADO – TNT , COM NO MÍNIMO 1,40 M DE LARG (CORES DIVERSAS), ROLO 40METROS	ROLO	50
149	TESOURA ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CABO PLÁSTICO, 13cm	UNID	200
150	TESOURA PARA USO GERAL, LAMINA DE AÇO INOXIDAVEL, 17,8 CM	UNID	80
151	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA POTES 250ML	UND	80
152	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA CX C/6 POTES	CAIXA	250
153	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO 100ml	UNID	30
154	TINTA PARA LÁPIS PILOTO 100ml	UNID	20
155	TINTA PARA TECIDO SIMPLES 37ml	UNID	150
156	TINTA PARA TECIDO COM BRILHO 37ml	UNID	50
157	CADERNO DE FOLHA PAUTA PEQUENO (MÚSICA)	UNID	50
158	FITA CETIM C/10 METROS N2	UNID	200
159	PALITO PARA ALGODÃO DOCE PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50
160	PALITO DE CHURASCO, PACOTE COM 10 UNIDADES	UNID	50
161	PALITO PARA PICOLÉ, PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50
162	SACO TRANSPARENTE PARA EMBALAGEM GRANDE C/ 50 UNIDADES	UNID	20
163	SACO TRANSPARENTE PARE EMBALAGEM MÉDIA C/ 50 UNIDADE	UNID	20
164	SACOLA KRAFT PARA LEMBRACINHA MÉDIA C/10 UNIDADES	UNID	30
165	SACOLA KRAFT PARA LEMBANCINHA PEQUENA C/10 UNIDADES	UNID	100

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e conseqüentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

5.2.Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

6.1.Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

6.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO

7.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0.DO MODELO DE PROPOSTA

12.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

HELENO RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
CHEFE DE GABINETE



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	AGENDA DE COMPROMISSO PERMANENTE TAM 145X205MM		UNID	200		
2	ALFINETE COLORIDO CABEÇA REDONDA, CAIXA C/50 UNIDADES		UNID	80		
3	ALMOFADA PARA CARIMBO N 3 CAIXA PLASTICA COM ESPONJA ABSORVENTE ENTINTADA DIVERSAS CORES		UNID	80		
4	APAGADOR DE QUADRO BRANCO,CORPO PLÁSTICO, COM FELTRO, DIMENSÕES 50MM(COMPRIENTO) X 60MM (LARGURA) X40MM (ALTURA)		UNID	250		
5	APONTADOR DE LÁPIS PLASTICO SEM DEPOSITO (ESTILO ESCOLAR) C/24		CAIXA	20		
6	ARQUIVO MORTO POLIONDA OFICIO 240X340X130MM CORES VARIADAS		UNID	700		
7	BARBANTE EM ALGODÃO CRÚ, COM 08 FIOS		ROLO	30		
8	BEXIGAS COLORIDAS SACO C/50 UNID		PACOTE	600		
9	BOBINA ADESIVA RIPON		UNID	10		
10	BOBINA PARA PONTO ELETRONICO		UNID	30		
11	BLOCO PARA RECADOS ADESIVOS, 76MMX102MM, C/100 FLS		PACOTE	300		
12	BLOCO PARA RECADOS MEIO OFICIO		UNID	150		
13	BOBINA DE PAPEL TERMICO 0,57X0,30		UNID	60		
14	BORRACHA BIOCOLOR PARA APAGAR LAPIS E CANETA RETANGULAR		UNID	100		
15	BORRACHA ESCOLAR,BRANCA, MACIA, Nº 40, CAIXA C/40 UNIDADES		CAIXA	20		
16	BORRACHA PONTEIRA BRANCA C/ 100 UNIDADES		PACOTE	60		
17	CADERNO ARAMADO GRANDE 10 MATÉRIAS		UNID	250		
18	CADERNO ARAMADO GRANDE CAPA DURA 1 MAT		UNID	250		
19	CADERNO PEQUENO CAPA DURA LISA		UNID	180		
20	CADERNO BROCHURA PEQUENO, CAPA MOLE, C/ 60 FLS, FORMATO 144X280 MM		UNID	300		
21	CADERNO DESENHO GRANDE 48 FOLHAS		UNID	150		
22	CAIXA CORRESPONDENCIA SIMPLES		UNID	10		
23	CAIXA CORRESPONDENCIA DUPLA		UNID	10		
24	CAIXA CORRESPONDENCIA TRIPLA		UNID	10		
25	CALCULADORA GRANDE 12 DIGITOS		UNID	20		
26	CALCULADORA MEDIA 08 DIGITOS		UNID	40		
27	CANETA ESFEROG CX C/50 AZUL PONTA FINA		CAIXA	120		
28	CANETA ESFEROG CX C/50 PRETO PONTA FINA		CAIXA	80		
29	CANETA ESFEROG CX C/50 VERM PONTA FINA		CAIXA	40		
30	CANETA RETROPROJETOR P. GROSSA CX C/12 UNID		CAIXA	15		

31	CAPA P/ ENCADERNAÇÃO A4 C/ 100		PACOTE	5		
32	CARBONO 1 FACE AZUL C/100 FL		UNID	10		
33	CARTOLINA COLORSET		UNID	1000		
34	CARTOLINA COMUM CORES VARIADAS		UNID	3000		
35	CARTOLINA GUACHE		UNID	800		
36	CARTOLINA LAMINADA		UNID	500		
37	CARTOLINA MICROONDULADA		UNID	250		
38	CLASSIFICADOR DUPLO		UNID	300		
39	CLIPS NIQUELADO 3/0 CX C/50		UNID	150		
40	CLIPS NIQUELADO 6/0 CX C/50		UNID	150		
41	CLIPS NIQUELADO 8/0 CX C/25		UNID	150		
42	COLA BRANCA EM BASTAO, 8 GRS, A BASE DE ÁGUA, COM GLICERINA, LAVAVEL NÃO TÓXICO		UNID	40		
43	COLA BRANCA LIQUIDA PARA PAPEL 1KG		UNID	100		
44	COLA BRANCA LIQUIDA, COM 90 G, NÃO TÓXICA		UNID	200		
45	COLA COLORIDA CAIXA C/6 UNIDADES		UNID	70		
46	COLA COLORIDA COM GLITTER, CORES SORTIDAS, LÍQUIDA, C/04 CORES		UNID	70		
47	COLA DE EVA 90G		UNID	15		
48	COLA DE ISOPOR 900G		UNID	30		
49	COLA INSTANTANEO 20G		UNID	30		
50	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA FINA1KG		PACOTE	40		
51	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA GROSSA1KG		PACOTE	40		
52	CONTRA CAPA P/ ENAD A4 C/100		PACOTE	5		
53	CORRETIVO LIQUIDO, À BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, LAVÁVEL, DE SECAGEM RÁPIDA, PARA APLICAÇÃO EM PAPEL E SIMILARES, FRASCO DE 18ML		UNID	80		
54	CORTADOR DE ISOPOR		UNID	2		
55	DUREX GRANDE (12X65)		UNID	50		
56	DUREX PEQUENO (12X10)		UNID	50		
57	DVD GRAVÁVEL		UNID	100		
58	ENVELOPE BRANCO GRANDE C/100		PACOTE	50		
59	ENVELOPE BRANCO MÉDIO C/100		PACOTE	50		
60	ENVELOPE BRANCO PEQUENO C/100		PACOTE	30		
61	ENVELOPE BRANCO TAM. OFICIO C/100		PACOTE	50		
62	ENVELOPE MADEIRA GRANDE C/100		PACOTE	50		
63	ENVELOPE MADEIRA MÉDIO C/100		PACOTE	50		
64	ENVELOPE MADEIRA PEQUENO C/100		PACOTE	30		
65	ENVELOPE MADEIRA TAM.OFICIO C/100		PACOTE	50		
66	ESTILETE ESTREITO		UNID	60		
67	ESTILETE LARGO		UNID	60		
68	ETIQUETA DE PREÇO GRANDE C/06 UNID		PACOTE	5		
69	ETIQUETA DE PREÇO PEQUENO		PACOTE	5		
70	EXTRATOR DE GRAMPO METAL		UNID	70		
71	FITA ADESIVA LARGA(TRANSPARENTE)		UNID	150		
72	FITA CREPE ESTREITA (18X50)		UNID	50		
73	FITA CREPE LARGA		UNID	50		
74	FITA DECORATIVA COLORIDA		UNID	80		
75	FITA DUPLA FACE FINA (12X30)		UNID	50		
76	FITA DUPLA FACE LARGA		UNID	50		
77	FITILHO COLORIDO FINO		UNID	100		
78	FOLHA DE ISOPOR 10 MM		UNID	30		
79	FOLHA DE ISOPOR 15 MM		UNID	30		
80	FOLHA DE ISOPOR 20 MM		UNID	30		
81	GLITTER ESCOLAR CAIXA C/12		PACOTE	50		
82	GRAMPEADOR PARA MADEIRA AZUL		UNID	8		
83	GRAMPEADOR DE MESA PARA GRAMPEAR ATE 100 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6		UNID	10		
84	GRAMPEADOR DE MESA, PARA GRAMPEAR ATE 25 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6		UNID	80		
85	GRAMPO 26/6 CAIXA C/5000		UNID	150		
86	GRAMPO 106/6 CAIXA C/3500		UNID	20		
87	GRAMPO TRILHO METALIZADOS ESTENDIDO PARA PASTA 80 MM CX C/50 UNID.		UNID	30		
88	LAPIS DE CERA GD CX C/12		CAIXA	300		
89	LAPIS DE COR, TAMANHO GRANDE, CAIXA C/12 UNID		CAIXA	500		
90	LÁPIS GRAFITE N°2, HEXAGONAL, CAIXA C/144 UNID		CAIXA	60		
91	LÁPIS HIDROCOR GRANDE CX C/12		CAIXA	300		
92	LÁPIS MARCA TEXTO CX C/12		CAIXA	40		
93	LÁPIS P/QUADRO BRANCO CX C/12		CAIXA	80		
94	LÁPIS PINCEL ATÔMICO CX C/12		CAIXA	20		
95	LIGA DE BORRACHA PACOTE 110GR		PACOTE	50		
96	LIVRO DE ATA 100 FLS		UNID	100		

97	LIVRO DE PONTO C/100 FOLHAS	UNID	80		
98	LIVRO DE PROTOCOLO 100 FLS	UNID	60		
99	LIVRO REGISTRO – PSICOTROPICO	UNID	4		
100	MASSA MODELAR GRANDE	CAIXA	300		
101	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA C/12GR	UNID	20		
102	PAPEL CAMURÇA, CORES VARIADAS, 40X60CM	UNID	200		
103	PAPEL CARTAO LISO C/50	PACOTE	150		
104	PAPEL CASCA DE OVO C/50	PACOTE	50		
105	PAPEL CELOFONE	UNID	200		
106	PAPEL CREPOM SIMPLES	UNID	300		
107	PAPEL FOTO A4 ADESIVO C/20 UNID	PACOTE	40		
108	PAPEL LAMINADO	UNID	100		
109	PAPEL MADEIRA	UNID	250		
110	PAPEL OFICIO A4	RESMA	3000		
111	PAPEL OFICIO COLORIDO C/100	PACOTE	100		
112	PAPEL PAUTADO C/16 UNID	PACOTE	50		
113	PAPEL PRESENTE	UNID	300		
114	PAPEL SEDA	UNID	500		
115	PASTA AZ LARGA	UNID	300		
116	PASTA C/TRILHO PLASTICA	UNID	300		
117	PASTA ESCOLAR 18MM	UNID	140		
118	PASTA ESCOLAR 30MM	UNID	100		
119	PASTA ESCOLAR 40MM	UNID	80		
120	PASTA ESCOLAR 55MM	UNID	80		
121	PASTA OFICIO PLÁSTICA	UNID	500		
122	PASTA SUSPENSA PAPELÃO	UNID	200		
123	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUROS, CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS	UNID	4		
124	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUROS, CAPACIDADE PARA 50 FOLHAS	UNID	6		
125	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUROS, CAPACIDADE PARA 40 FOLHAS	UNID	15		
126	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUROS, CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS	UNID	10		
127	PINCEL ACHATADO Nº08 C/12 UNID	UNID	10		
128	PINCEL ACHATADO Nº12 C/12 UNID	UNID	10		
129	PINCEL ACHATADO Nº14 C/12 UNID	UNID	10		
130	PINCEL ACHATADO Nº16 C/12 UNID	UNID	10		
131	PINCEL ACHATADO Nº20 C/12 UNID	UNID	10		
132	PINCEL ACHATADO Nº22 C/12 UNID	UNID	10		
133	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	UNID	30		
134	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	UNID	30		
135	PLACA E.V.A. COM GLITTER C/ 5 UNID	FOLHA	500		
136	PLACA E.V.A. FINA COMUM C/10 UNID	FOLHA	500		
137	PORTA LAPIS E CLIPES ACRILICO	UNID	30		
138	PRANCHETA ACRILICA TAM. OFICIO	UNID	50		
139	PRANCHETA NORMAL GRANDE	UNID	80		
140	PRANCHETA NORMAL PEQUENA	UNID	60		
141	QUADRO BRANCO 1200CMX150CM	UNID	10		
142	QUADRO BRANCO 90CMX120CM	UNID	10		
143	QUADRO DE AVISO 60X90	UNID	10		
144	REABASTECEDOR PARA LAPIS QD BRANCO 1L	UNID	40		
145	REGUA TRANSPARENTE 30 CM	UNID	200		
146	SUPORTE P/DUREX GRANDE	UNID	10		
147	SUPORTE P/DUREX PEQUENO	UNID	15		
148	TECIDO NÃO TEXTURIZADO – TNT , COM NO MÍNIMO 1,40 M DE LARG (CORES DIVERSAS), ROLO 40METROS	ROLO	50		
149	TESOURA ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CABO PLÁSTICO, 13cm	UNID	200		
150	TESOURA PARA USO GERAL, LAMINA DE AÇO INOXIDAVEL, 17,8 CM	UNID	80		
151	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA POTES 250ML	UND	80		
152	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA CX C/6 POTES	CAIXA	250		
153	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO 100ml	UNID	30		
154	TINTA PARA LÁPIS PILOTO 100ml	UNID	20		
155	TINTA PARA TECIDO SIMPLES 37ml	UNID	150		
156	TINTA PARA TECIDO COM BRILHO 37ml	UNID	50		
157	CADERNO DE FOLHA PAUTA PEQUENO (MÚSICA)	UNID	50		
158	FITA CETIM C/10 METROS N2	UNID	200		
159	PALITO PARA ALGODÃO DOCE PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50		
160	PALITO DE CHURASCO, PACOTE COM 10 UNIDADES	UNID	50		
161	PALITO PARA PICOLÉ, PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50		
162	SACO TRANSPARENTE PARA EMBALAGEM GRANDE C/ 50 UNIDADES	UNID	20		

163	SACO TRANSPARENTE PARE EMBALAGEM MÉDIA C/ 50 UNIDADE		UNID	20		
164	SACOLA KRAFT PARA LEMBRACINHA MÉDIA C/10 UNIDADES		UNID	30		
165	SACOLA KRAFT PARA LEMBANCINHA PEQUENA C/10 UNIDADES		UNID	100		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE ENTREGA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO N° 00034/2024

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 00034/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 240410PE00034

CONTRATO N°:-CPL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ E
....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA
FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Sumé - Av. 1 de Abril, 379 - Centro - Sumé - PB, CNPJ n° 08.874.935/0001-09, neste ato representada pelo Prefeito Éden Duarte Pinto de Sousa, Brasileiro, Casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Major Bruno de Freitas, 76 - Casa - Santa Rosa - Sumé - PB, CPF n° 928.829.604-25, Carteira de Identidade n° 1702248 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - -, CNPJ n°, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - -, CPF n°, Carteira de Identidade n°, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico n° 00034/2024, processada nos termos da Instrução Normativa n° 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico n° 00034/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

02 – 02 – 03 – 04 – 05 – 06 – 08 – 09 – 10 – 11 – 12 – 04.122.1002.2.002 / 04.122.1003.2.005 / 04.122.1003.2.007 / 12.122.1003.2.009 / 12.361.2003.2.023 / 12.361.2003.2.028 / 12.361.2016.2.083 / 12.365.2002.2.021 / 27.122.1003.2.011 / 08.122.1003.2.012. 08.243.2010.2.053 / 08.243.2010.2.054 / 08.243.2010.2.091 / 15.122.1003.2.018 / 20.122.1003.2.006 / 08.244.2009.2.049 / 10.122.1003.2.010 / 10.122.2013.2.079 / 10.301.2013.2.071 / 10.301.2013.2.073 / 10.302.2013.2.078 / 10.302.2013.2.080 – 3.3.90.39.00

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Sumé.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Sumé - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
SETOR DE CONTRATAÇÃO**

Anexo V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00034/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Sumé, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos para a habilitação; e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e seus anexos.

7.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
GABINETE DO PREFEITO

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA - DFD

1.0. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

- 1.1. Constitui objeto da pretensa contratação: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.
1.2. Classificação do objeto: Comum.

2.0. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação descrita é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

3.0. ALINHAMENTO AOS PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
DFD 1	AGENDA DE COMPROMISSO PERMANENTE TAM 145X205MM	UNID	200
DFD 2	ALFINETE COLORIDO CABEÇA REDONDA, CAIXA C/50 UNIDADES	UNID	80
DFD 3	ALMOFADA PARA CARIMBO N 3 CAIXA PLASTICA COM ESPONJA ABSORVENTE ENTINTADA DIVERSAS CORES	UNID	80
DFD 4	APAGADOR DE QUADRO BRANCO, CORPO PLÁSTICO, COM FELTRO, DIMENSÕES 50MM (COMPRIMENTO) X 60MM (LARGURA) X 40MM (ALTURA)	UNID	250
DFD 5	APONTADOR DE LÁPIS PLASTICO SEM DEPOSITO (ESTILO ESCOLAR) C/24	CAIXA	20
DFD 6	ARQUIVO MORTO POLIONDA OFICIO 240X340X130MM CORES VARIADAS	UNID	700
DFD 7	BARBANTE EM ALGODÃO CRÚ, COM 08 FIOS	ROLO	30
DFD 8	BEXIGAS COLORIDAS SACO C/50 UNID	PACOTE	600
DFD 9	BOBINA ADESIVA RIPON	UNID	10
DFD 10	BOBINA PARA PONTO ELETRONICO	UNID	30
DFD 11	BLOCO PARA RECADOS ADESIVOS, 76MMX102MM, C/100 FLS	PACOTE	300
DFD 12	BLOCO PARA RECADOS MEIO OFICIO	UNID	150
DFD 13	BOBINA DE PAPEL TERMICO 0,57X0,30	UNID	60
DFD 14	BORRACHA BIOCOLOR PARA APAGAR LAPIS E CANETA RETANGULAR	UNID	100
DFD 15	BORRACHA ESCOLAR, BRANCA, MACIA, N° 40, CAIXA C/40 UNIDADES	CAIXA	20
DFD 16	BORRACHA PONTEIRA BRANCA C/ 100 UNIDADES	PACOTE	60
DFD 17	CADERNO ARAMADO GRANDE 10 MATÉRIAS	UNID	250
DFD 18	CADERNO ARAMADO GRANDE CAPA DURA 1 MAT	UNID	250
DFD 19	CADERNO PEQUENO CAPA DURA LISA	UNID	180
DFD 20	CADERNO BROCHURA PEQUENO, CAPA MOLE, C/ 60 FLS, FORMATO 144X280 MM	UNID	300
DFD 21	CADERNO DESENHO GRANDE 48 FOLHAS	UNID	150
DFD 22	CAIXA CORRESPONDENCIA SIMPLES	UNID	10
DFD 23	CAIXA CORRESPONDENCIA DUPLA	UNID	10
DFD 24	CAIXA CORRESPONDENCIA TRIPLA	UNID	10
DFD 25	CALCULADORA GRANDE 12 DIGITOS	UNID	20
DFD 26	CALCULADORA MEDIA 08 DIGITOS	UNID	40
DFD 27	CANETA ESFEROG CX C/50 AZUL PONTA FINA	CAIXA	120
DFD 28	CANETA ESFEROG CX C/50 PRETO PONTA FINA	CAIXA	80
DFD 29	CANETA ESFEROG CX C/50 VERM PONTA FINA	CAIXA	40
DFD 30	CANETA RETROPROJETOR P. GROSSA CX C/12 UNID	CAIXA	15
DFD 31	CAPA P/ ENCADERNAÇÃO A4 C/ 100	PACOTE	5
DFD 32	CARBONO 1 FACE AZUL C/100 FL	UNID	10
DFD 33	CARTOLINA COLORSET	UNID	1000
DFD 34	CARTOLINA COMUM CORES VARIADAS	UNID	3000
DFD 35	CARTOLINA GUACHE	UNID	800
DFD 36	CARTOLINA LAMINADA	UNID	500
DFD 37	CARTOLINA MICROONDULADA	UNID	250
DFD 38	CLASSIFICADOR DUPLO	UNID	300
DFD 39	CLIPS NIQUELADO 3/0 CX C/50	UNID	150
DFD 40	CLIPS NIQUELADO 6/0 CX C/50	UNID	150

DFD 41	CLIPS NIQUELADO 8/0 CX C/25	UNID	150
DFD 42	COLA BRANCA EM BASTAO, 8 GRS, A BASE DE ÁGUA, COM GLICERINA, LAVAVEL NÃO TÓXICO	UNID	40
DFD 43	COLA BRANCA LIQUIDA PARA PAPEL 1KG	UNID	100
DFD 44	COLA BRANCA LIQUIDA, COM 90 G, NÃO TÓXICA	UNID	200
DFD 45	COLA COLORIDA CAIXA C/6 UNIDADES	UNID	70
DFD 46	COLA COLORIDA COM GLITTER, CORES SORTIDAS, LÍQUIDA, C/04 CORES	UNID	70
DFD 47	COLA DE EVA 90G	UNID	15
DFD 48	COLA DE ISOPOR 900G	UNID	30
DFD 49	COLA INSTANTANEO 20G	UNID	30
DFD 50	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA FINA1KG	PACOTE	40
DFD 51	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA GROSSA1KG	PACOTE	40
DFD 52	CONTRA CAPA P/ ENAD A4 C/100	PACOTE	5
DFD 53	CORRETIVO LIQUIDO, À BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, LAVÁVEL, DE SECAGEM RÁPIDA, PARA APLICAÇÃO EM PAPEL E SIMILARES, FRASCO DE 18ML	UNID	80
DFD 54	CORTADOR DE ISOPOR	UNID	2
DFD 55	DUREX GRANDE (12X65)	UNID	50
DFD 56	DUREX PEQUENO (12X10)	UNID	50
DFD 57	DVD GRAVÁVEL	UNID	100
DFD 58	ENVELOPE BRANCO GRANDE C/100	PACOTE	50
DFD 59	ENVELOPE BRANCO MÉDIO C/100	PACOTE	50
DFD 60	ENVELOPE BRANCO PEQUENO C/100	PACOTE	30
DFD 61	ENVELOPE BRANCO TAM. OFICIO C/100	PACOTE	50
DFD 62	ENVELOPE MADEIRA GRANDE C/100	PACOTE	50
DFD 63	ENVELOPE MADEIRA MÉDIO C/100	PACOTE	50
DFD 64	ENVELOPE MADEIRA PEQUENO C/100	PACOTE	30
DFD 65	ENVELOPE MADEIRA TAM.OFICIO C/100	PACOTE	50
DFD 66	ESTILETE ESTREITO	UNID	60
DFD 67	ESTILETE LARGO	UNID	60
DFD 68	ETIQUETA DE PREÇO GRANDE C/06 UNID	PACOTE	5
DFD 69	ETIQUETA DE PREÇO PEQUENO	PACOTE	5
DFD 70	EXTRATOR DE GRAMPO METAL	UNID	70
DFD 71	FITA ADESIVA LARGA(TRANSPARENTE)	UNID	150
DFD 72	FITA CREPE ESTREITA (18X50)	UNID	50
DFD 73	FITA CREPE LARGA	UNID	50
DFD 74	FITA DECORATIVA COLORIDA	UNID	80
DFD 75	FITA DUPLA FACE FINA (12X30)	UNID	50
DFD 76	FITA DUPLA FACE LARGA	UNID	50
DFD 77	FITILHO COLORIDO FINO	UNID	100
DFD 78	FOLHA DE ISOPOR 10 MM	UNID	30
DFD 79	FOLHA DE ISOPOR 15 MM	UNID	30
DFD 80	FOLHA DE ISOPOR 20 MM	UNID	30
DFD 81	GLITTER ESCOLAR CAIXA C/12	PACOTE	50
DFD 82	GRAMPEADOR PARA MADEIRA AZUL	UNID	8
DFD 83	GRAMPEADOR DE MESA PARA GRAMPEAR ATE 100 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6	UNID	10
DFD 84	GRAMPEADOR DE MESA, PARA GRAMPEAR ATE 25 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6	UNID	80
DFD 85	GRAMPO 26/6 CAIXA C/5000	UNID	150
DFD 86	GRAMPO 106/6 CAIXA C/3500	UNID	20
DFD 87	GRAMPO TRILHO METALIZADOS ESTENDIDO PARA PASTA 80 MM CX C/50 UNID.	UNID	30
DFD 88	LAPIS DE CERA GD CX C/12	CAIXA	300
DFD 89	LAPIS DE COR, TAMANHO GRANDE, CAIXA C/12 UNID	CAIXA	500
DFD 90	LÁPIS GRAFITE Nº2, HEXAGONAL, CAIXA C/144 UNID	CAIXA	60
DFD 91	LÁPIS HIDROCOR GRANDE CX C/12	CAIXA	300
DFD 92	LÁPIS MARCA TEXTO CX C/12	CAIXA	40
DFD 93	LÁPIS P/QUADRO BRANCO CX C/12	CAIXA	80
DFD 94	LÁPIS PINCEL ATÔMICO CX C/12	CAIXA	20
DFD 95	LIGA DE BORRACHA PACOTE 110GR	PACOTE	50
DFD 96	LIVRO DE ATA 100 FLS	UNID	100
DFD 97	LIVRO DE PONTO C/100 FOLHAS	UNID	80
DFD 98	LIVRO DE PROTOCOLO 100 FLS	UNID	60
DFD 99	LIVRO REGISTRO – PSICOTROPICO	UNID	4
DFD 100	MASSA MODELAR GRANDE	CAIXA	300
DFD 101	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA C/12GR	UNID	20
DFD 102	PAPEL CAMURÇA, CORES VARIADAS, 40X60CM	UNID	200
DFD 103	PAPEL CARTAO LISO C/50	PACOTE	150
DFD 104	PAPEL CASCA DE OVO C/50	PACOTE	50
DFD 105	PAPEL CELOFONE	UNID	200
DFD 106	PAPEL CREPOM SIMPLES	UNID	300
DFD 107	PAPEL FOTO A4 ADESIVO C/20 UNID	PACOTE	40
DFD 108	PAPEL LAMINADO	UNID	100
DFD 109	PAPEL MADEIRA	UNID	250
DFD 110	PAPEL OFICIO A4	RESMA	3000
DFD 111	PAPEL OFICIO COLORIDO C/100	PACOTE	100
DFD 112	PAPEL PAUTADO C/16 UNID	PACOTE	50
DFD 113	PAPEL PRESENTE	UNID	300
DFD 114	PAPEL SEDA	UNID	500
DFD 115	PASTA AZ LARGA	UNID	300

DFD 116	PASTA C/TRILHO PLASTICA	UNID	300
DFD 117	PASTA ESCOLAR 18MM	UNID	140
DFD 118	PASTA ESCOLAR 30MM	UNID	100
DFD 119	PASTA ESCOLAR 40MM	UNID	80
DFD 120	PASTA ESCOLAR 55MM	UNID	80
DFD 121	PASTA OFICIO PLÁSTICA	UNID	500
DFD 122	PASTA SUSPENSA PAPELÃO	UNID	200
DFD 123	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUROS, CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS	UNID	4
DFD 124	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUROS, CAPACIDADE PARA 50 FOLHAS	UNID	6
DFD 125	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUROS, CAPACIDADE PARA 40 FOLHAS	UNID	15
DFD 126	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUROS, CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS	UNID	10
DFD 127	PINCEL ACHATADO Nº08 C/12 UNID	UNID	10
DFD 128	PINCEL ACHATADO Nº12 C/12 UNID	UNID	10
DFD 129	PINCEL ACHATADO Nº14 C/12 UNID	UNID	10
DFD 130	PINCEL ACHATADO Nº16 C/12 UNID	UNID	10
DFD 131	PINCEL ACHATADO Nº20 C/12 UNID	UNID	10
DFD 132	PINCEL ACHATADO Nº22 C/12 UNID	UNID	10
DFD 133	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	UNID	30
DFD 134	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	UNID	30
DFD 135	PLACA E.V.A. COM GLITTER C/ 5 UNID	FOLHA	500
DFD 136	PLACA E.V.A. FINA COMUM C/10 UNID	FOLHA	500
DFD 137	PORTA LAPIS E CLIPES ACRILICO	UNID	30
DFD 138	PRANCHETA ACRILICA TAM. OFICIO	UNID	50
DFD 139	PRANCHETA NORMAL GRANDE	UNID	80
DFD 140	PRANCHETA NORMAL PEQUENA	UNID	60
DFD 141	QUADRO BRANCO 1200CMX150CM	UNID	10
DFD 142	QUADRO BRANCO 90CMX120CM	UNID	10
DFD 143	QUADRO DE AVISO 60X90	UNID	10
DFD 144	REABASTECEDOR PARA LAPIS QD BRANCO 1L	UNID	40
DFD 145	REGUA TRANSPARENTE 30 CM	UNID	200
DFD 146	SUPORTE P/DUREX GRANDE	UNID	10
DFD 147	SUPORTE P/DUREX PEQUENO	UNID	15
DFD 148	TECIDO NÃO TEXTURIZADO – TNT , COM NO MÍNIMO 1,40 M DE LARG (CORES DIVERSAS), ROLO 40METROS	ROLO	50
DFD 149	TESOURA ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CABO PLÁSTICO, 13cm	UNID	200
DFD 150	TESOURA PARA USO GERAL, LAMINA DE AÇO INOXIDAVEL, 17,8 CM	UNID	80
DFD 151	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA POTES 250ML	UND	80
DFD 152	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA CX C/6 POTES	CAIXA	250
DFD 153	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO 100ml	UNID	30
DFD 154	TINTA PARA LÁPIS PILOTO 100ml	UNID	20
DFD 155	TINTA PARA TECIDO SIMPLES 37ml	UNID	150
DFD 156	TINTA PARA TECIDO COM BRILHO 37ml	UNID	50
DFD 157	CARDERNO DE FOLHA PAUTA PEQUENO (MÚSICA)	UNID	50
DFD 158	FITA CETIM C/10 METROS N2	UNID	200
DFD 159	PALITO PARA ALGODÃO DOCE PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50
DFD 160	PALITO DE CHURASCO, PACOTE COM 10 UNIDADES	UNID	50
DFD 161	PALITO PARA PICOLÉ, PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50
DFD 162	SACO TRANSPARENTE PARA EMBALAGEM GRANDE C/ 50 UNIDADES	UNID	20
DFD 163	SACO TRANSPARENTE PARE EMBALAGEM MÉDIA C/ 50 UNIDADE	UNID	20
DFD 164	SACOLA KRAFT PARA LEMBRACINHA MÉDIA C/10 UNIDADES	UNID	30
DFD 165	SACOLA KRAFT PARA LEMBANCINHA PEQUENA C/10 UNIDADES	UNID	100

4.2.O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

4.2.1.Entrega: 5 (cinco) dias.

4.3.A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.0.JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1.A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

6.0.ESTIMATIVA DOS PREÇOS

6.1.Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital.

6.2.Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado.

6.3.O valor total é equivalente a R\$ 394.852,00.

7.0.PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1.Relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

8.0.RESULTADOS PRETENDIDOS

8.1.A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

8.1.1.Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE;

8.1.2.Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis;

8.1.3.Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a referida contratação, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de enviar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração;

8.1.4.Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

9.0.DA CONTRATAÇÃO

9.1.Forma de contratação sugerida, nos termos da norma vigente:

9.1.1.Pregão Eletrônico.

Sumé - PB, 05 de Abril de 2024.

HELENO RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
CHEFE DE GABINETE

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.Introdução

Este documento apresenta os estudos técnicos preliminares, onde será avaliada a contratação pretendida, demonstrando os elementos e as informações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, quando for considerada viável, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.Objeto

Constitui objeto do presente estudo técnico a pretensa: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

3.Necessidade da contratação

A contratação descrita, que mesmo com o contínuo esforço de sempre buscar a otimização dos processos de trabalho, é essencial: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

4.Alinhamento aos planos da Administração

A contratação pretendida está alinhada aos planos estratégicos da Administração, delineados nas diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas, onde estão fixadas e detalhadas as respectivas ações ao alcance dos objetivos institucionais, primando pela eficácia, eficiência e efetividade dos respectivos projetos, programas e processos.

5.Requisitos da contratação

As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
ETP 1	AGENDA DE COMPROMISSO PERMANENTE TAM 145X205MM	UNID	200
ETP 2	ALFINETE COLORIDO CABEÇA REDONDA, CAIXA C/50 UNIDADES	UNID	80
ETP 3	ALMOFADA PARA CARIMBO N 3 CAIXA PLASTICA COM ESPONJA ABSORVENTE ENTINTADA DIVERSAS CORES	UNID	80
ETP 4	APAGADOR DE QUADRO BRANCO,CORPO PLÁSTICO, COM FELTRO, DIMENSÕES 50MM(COMPRIENTO) X 60MM (LARGURA) X40MM (ALTURA)	UNID	250
ETP 5	APONTADOR DE LÁPIS PLASTICO SEM DEPOSITO (ESTILO ESCOLAR) C/24	CAIXA	20
ETP 6	ARQUIVO MORTO POLIONDA OFICIO 240X340X130MM CORES VARIADAS	UNID	700
ETP 7	BARBANTE EM ALGODÃO CRÚ, COM 08 FIOS	ROLO	30
ETP 8	BEXIGAS COLORIDAS SACO C/50 UNID	PACOTE	600
ETP 9	BOBINA ADESIVA RIPON	UNID	10
ETP 10	BOBINA PARA PONTO ELETRONICO	UNID	30
ETP 11	BLOCO PARA RECADOS ADESIVOS, 76MMX102MM, C/100 FLS	PACOTE	300
ETP 12	BLOCO PARA RECADOS MEIO OFICIO	UNID	150
ETP 13	BOBINA DE PAPEL TERMICO 0,57X0,30	UNID	60
ETP 14	BORRACHA BIOCOLOR PARA APAGAR LAPIS E CANETA RETANGULAR	UNID	100
ETP 15	BORRACHA ESCOLAR,BRANCA, MACIA, N° 40, CAIXA C/40 UNIDADES	CAIXA	20
ETP 16	BORRACHA PONTEIRA BRANCA C/ 100 UNIDADES	PACOTE	60
ETP 17	CADERNO ARAMADO GRANDE 10 MATÉRIAS	UNID	250
ETP 18	CADERNO ARAMADO GRANDE CAPA DURA 1 MAT	UNID	250
ETP 19	CADERNO PEQUENO CAPA DURA LISA	UNID	180
ETP 20	CADERNO BROCHURA PEQUENO, CAPA MOLE, C/ 60 FLS, FORMATO 144X280 MM	UNID	300
ETP 21	CADERNO DESENHO GRANDE 48 FOLHAS	UNID	150
ETP 22	CAIXA CORRESPONDENCIA SIMPLES	UNID	10
ETP 23	CAIXA CORRESPONDENCIA DUPLA	UNID	10
ETP 24	CAIXA CORRESPONDENCIA TRIPLA	UNID	10
ETP 25	CALCULADORA GRANDE 12 DIGITOS	UNID	20
ETP 26	CALCULADORA MEDIA 08 DIGITOS	UNID	40
ETP 27	CANETA ESFEROG CX C/50 AZUL PONTA FINA	CAIXA	120
ETP 28	CANETA ESFEROG CX C/50 PRETO PONTA FINA	CAIXA	80
ETP 29	CANETA ESFEROG CX C/50 VERM PONTA FINA	CAIXA	40
ETP 30	CANETA RETROPROJETOR P. GROSSA CX C/12 UNID	CAIXA	15
ETP 31	CAPA P/ ENCADERNAÇÃO A4 C/ 100	PACOTE	5
ETP 32	CARBONO 1 FACE AZUL C/100 FL	UNID	10
ETP 33	CARTOLINA COLORSET	UNID	1000
ETP 34	CARTOLINA COMUM CORES VARIADAS	UNID	3000
ETP 35	CARTOLINA GUACHE	UNID	800
ETP 36	CARTOLINA LAMINADA	UNID	500

ETP 37	CARTOLINA MICROONDULADA	UNID	250
ETP 38	CLASSIFICADOR DUPLO	UNID	300
ETP 39	CLIPS NIQUELADO 3/0 CX C/50	UNID	150
ETP 40	CLIPS NIQUELADO 6/0 CX C/50	UNID	150
ETP 41	CLIPS NIQUELADO 8/0 CX C/25	UNID	150
ETP 42	COLA BRANCA EM BASTAO, 8 GRS, A BASE DE ÁGUA, COM GLICERINA, LAVAVEL NÃO TÓXICO	UNID	40
ETP 43	COLA BRANCA LIQUIDA PARA PAPEL 1KG	UNID	100
ETP 44	COLA BRANCA LIQUIDA, COM 90 G, NÃO TÓXICA	UNID	200
ETP 45	COLA COLORIDA CAIXA C/6 UNIDADES	UNID	70
ETP 46	COLA COLORIDA COM GLITTER, CORES SORTIDAS, LÍQUIDA, C/04 CORES	UNID	70
ETP 47	COLA DE EVA 90G	UNID	15
ETP 48	COLA DE ISOPOR 900G	UNID	30
ETP 49	COLA INSTANTANEO 20G	UNID	30
ETP 50	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA FINA1KG	PACOTE	40
ETP 51	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA GROSSA1KG	PACOTE	40
ETP 52	CONTRA CAPA P/ ENAD A4 C/100	PACOTE	5
ETP 53	CORRETIVO LIQUIDO, À BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, LAVÁVEL, DE SECAGEM RÁPIDA, PARA APLICAÇÃO EM PAPEL E SIMILARES, FRASCO DE 18ML	UNID	80
ETP 54	CORTADOR DE ISOPOR	UNID	2
ETP 55	DUREX GRANDE (12X65)	UNID	50
ETP 56	DUREX PEQUENO (12X10)	UNID	50
ETP 57	DVD GRAVÁVEL	UNID	100
ETP 58	ENVELOPE BRANCO GRANDE C/100	PACOTE	50
ETP 59	ENVELOPE BRANCO MÉDIO C/100	PACOTE	50
ETP 60	ENVELOPE BRANCO PEQUENO C/100	PACOTE	30
ETP 61	ENVELOPE BRANCO TAM. OFICIO C/100	PACOTE	50
ETP 62	ENVELOPE MADEIRA GRANDE C/100	PACOTE	50
ETP 63	ENVELOPE MADEIRA MÉDIO C/100	PACOTE	50
ETP 64	ENVELOPE MADEIRA PEQUENO C/100	PACOTE	30
ETP 65	ENVELOPE MADEIRA TAM.OFICIO C/100	PACOTE	50
ETP 66	ESTILETE ESTREITO	UNID	60
ETP 67	ESTILETE LARGO	UNID	60
ETP 68	ETIQUETA DE PREÇO GRANDE C/06 UNID	PACOTE	5
ETP 69	ETIQUETA DE PREÇO PEQUENO	PACOTE	5
ETP 70	EXTRATOR DE GRAMPO METAL	UNID	70
ETP 71	FITA ADESIVA LARGA(TRANSPARENTE)	UNID	150
ETP 72	FITA CREPE ESTREITA (18X50)	UNID	50
ETP 73	FITA CREPE LARGA	UNID	50
ETP 74	FITA DECORATIVA COLORIDA	UNID	80
ETP 75	FITA DUPLA FACE FINA (12X30)	UNID	50
ETP 76	FITA DUPLA FACE LARGA	UNID	50
ETP 77	FITILHO COLORIDO FINO	UNID	100
ETP 78	FOLHA DE ISOPOR 10 MM	UNID	30
ETP 79	FOLHA DE ISOPOR 15 MM	UNID	30
ETP 80	FOLHA DE ISOPOR 20 MM	UNID	30
ETP 81	GLITTER ESCOLAR CAIXA C/12	PACOTE	50
ETP 82	GRAMPEADOR PARA MADEIRA AZUL	UNID	8
ETP 83	GRAMPEADOR DE MESA PARA GRAMPEAR ATE 100 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6	UNID	10
ETP 84	GRAMPEADOR DE MESA, PARA GRAMPEAR ATE 25 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6	UNID	80
ETP 85	GRAMPO 26/6 CAIXA C/5000	UNID	150
ETP 86	GRAMPO 106/6 CAIXA C/3500	UNID	20
ETP 87	GRAMPO TRILHO METALIZADOS ESTENDIDO PARA PASTA 80 MM CX C/50 UNID.	UNID	30
ETP 88	LAPIS DE CERA GD CX C/12	CAIXA	300
ETP 89	LAPIS DE COR, TAMANHO GRANDE, CAIXA C/12 UNID	CAIXA	500
ETP 90	LÁPIS GRAFITE Nº2, HEXAGONAL, CAIXA C/144 UNID	CAIXA	60
ETP 91	LÁPIS HIDROCOR GRANDE CX C/12	CAIXA	300
ETP 92	LÁPIS MARCA TEXTO CX C/12	CAIXA	40
ETP 93	LÁPIS P/QUADRO BRANCO CX C/12	CAIXA	80
ETP 94	LÁPIS PINCEL ATÔMICO CX C/12	CAIXA	20
ETP 95	LIGA DE BORRACHA PACOTE 110GR	PACOTE	50
ETP 96	LIVRO DE ATA 100 FLS	UNID	100
ETP 97	LIVRO DE PONTO C/100 FOLHAS	UNID	80
ETP 98	LIVRO DE PROTOCOLO 100 FLS	UNID	60
ETP 99	LIVRO REGISTRO – PSICOTROPICO	UNID	4
ETP 100	MASSA MODELAR GRANDE	CAIXA	300
ETP 101	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA C/12GR	UNID	20
ETP 102	PAPEL CAMURÇA, CORES VARIADAS, 40X60CM	UNID	200
ETP 103	PAPEL CARTAO LISO C/50	PACOTE	150
ETP 104	PAPEL CASCA DE OVO C/50	PACOTE	50
ETP 105	PAPEL CELOFONE	UNID	200
ETP 106	PAPEL CREPOM SIMPLES	UNID	300
ETP 107	PAPEL FOTO A4 ADESIVO C/20 UNID	PACOTE	40
ETP 108	PAPEL LAMINADO	UNID	100
ETP 109	PAPEL MADEIRA	UNID	250
ETP 110	PAPEL OFICIO A4	RESMA	3000
ETP 111	PAPEL OFICIO COLORIDO C/100	PACOTE	100

ETP 112	PAPEL PAUTADO C/16 UNID	PACOTE	50
ETP 113	PAPEL PRESENTE	UNID	300
ETP 114	PAPEL SEDA	UNID	500
ETP 115	PASTA AZ LARGA	UNID	300
ETP 116	PASTA C/TRILHO PLASTICA	UNID	300
ETP 117	PASTA ESCOLAR 18MM	UNID	140
ETP 118	PASTA ESCOLAR 30MM	UNID	100
ETP 119	PASTA ESCOLAR 40MM	UNID	80
ETP 120	PASTA ESCOLAR 55MM	UNID	80
ETP 121	PASTA OFICIO PLÁSTICA	UNID	500
ETP 122	PASTA SUSPENSA PAPELÃO	UNID	200
ETP 123	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS	UNID	4
ETP 124	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 50 FOLHAS	UNID	6
ETP 125	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 40 FOLHAS	UNID	15
ETP 126	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS	UNID	10
ETP 127	PINCEL ACHATADO N°08 C/12 UNID	UNID	10
ETP 128	PINCEL ACHATADO N°12 C/12 UNID	UNID	10
ETP 129	PINCEL ACHATADO N°14 C/12 UNID	UNID	10
ETP 130	PINCEL ACHATADO N°16 C/12 UNID	UNID	10
ETP 131	PINCEL ACHATADO N°20 C/12 UNID	UNID	10
ETP 132	PINCEL ACHATADO N°22 C/12 UNID	UNID	10
ETP 133	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	UNID	30
ETP 134	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	UNID	30
ETP 135	PLACA E.V.A. COM GLITTER C/ 5 UNID	FOLHA	500
ETP 136	PLACA E.V.A. FINA COMUM C/10 UNID	FOLHA	500
ETP 137	PORTA LAPIS E CLIPES ACRILICO	UNID	30
ETP 138	PRANCHETA ACRILICA TAM. OFICIO	UNID	50
ETP 139	PRANCHETA NORMAL GRANDE	UNID	80
ETP 140	PRANCHETA NORMAL PEQUENA	UNID	60
ETP 141	QUADRO BRANCO 1200CMX150CM	UNID	10
ETP 142	QUADRO BRANCO 90CMX120CM	UNID	10
ETP 143	QUADRO DE AVISO 60X90	UNID	10
ETP 144	REABASTECEDOR PARA LAPIS QD BRANCO 1L	UNID	40
ETP 145	REGUA TRANSPARENTE 30 CM	UNID	200
ETP 146	SUPORTE P/DUREX GRANDE	UNID	10
ETP 147	SUPORTE P/DUREX PEQUENO	UNID	15
ETP 148	TECIDO NÃO TEXTURIZADO – TNT , COM NO MÍNIMO 1,40 M DE LARG (CORES DIVERSAS), ROLO 40METROS	ROLO	50
ETP 149	TESOURA ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CABO PLÁSTICO, 13cm	UNID	200
ETP 150	TESOURA PARA USO GERAL, LAMINA DE AÇO INOXIDAVEL, 17,8 CM	UNID	80
ETP 151	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA POTES 250ML	UND	80
ETP 152	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA CX C/6 POTES	CAIXA	250
ETP 153	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO 100ml	UNID	30
ETP 154	TINTA PARA LÁPIS PILOTO 100ml	UNID	20
ETP 155	TINTA PARA TECIDO SIMPLES 37ml	UNID	150
ETP 156	TINTA PARA TECIDO COM BRILHO 37ml	UNID	50
ETP 157	CARDERNO DE FOLHA PAUTA PEQUENO (MÚSICA)	UNID	50
ETP 158	FITA CETIM C/10 METROS N2	UNID	200
ETP 159	PALITO PARA ALGODÃO DOCE PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50
ETP 160	PALITO DE CHURASCO, PACOTE COM 10 UNIDADES	UNID	50
ETP 161	PALITO PARA PICOLÉ, PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50
ETP 162	SACO TRANSPARENTE PARA EMBALAGEM GRANDE C/ 50 UNIDADES	UNID	20
ETP 163	SACO TRANSPARENTE PARE EMBALAGEM MÉDIA C/ 50 UNIDADE	UNID	20
ETP 164	SACOLA KRAFT PARA LEMBRACINHA MÉDIA C/10 UNIDADES	UNID	30
ETP 165	SACOLA KRAFT PARA LEMBANCINHA PEQUENA C/10 UNIDADES	UNID	100

O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

Entrega: 5 (cinco) dias.

A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

A contratação do fornecimento, objeto deste estudo preliminar, deverá considerar os seguintes normativos: Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

Uma vez autorizada, a contratação pretendida deverá possuir previsão e adequação orçamentária e financeira com o orçamento vigente, necessariamente demonstrada, e compatibilidade com as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

6.Relação entre a demanda pretendida e o dimensionamento do fornecimento

O quantitativo e a respectiva unidade atribuída, fundamentais ao dimensionamento da pretensa contratação em função da utilização provável, foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente; a fim de se evitar aditivos contratuais desnecessários ou mesmo a necessidade de se realizar novo certame, com consequente perda de economia de escala.

7.Levantamento de mercado

Diversas empresas do ramo pertinente podem executar o objeto deste estudo preliminar. Foram analisadas contratações similares feitas por outras entidades, por meio de consulta aos respectivos sistemas de gestão dos órgãos fiscalizadores, com o intuito de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração e as identificadas, quando possível e consideradas viáveis, foram incorporadas na contratação em análise.

Constatou-se, inclusive, que para a realização de despesas semelhantes ao objeto do presente estudo técnico, diversas entidades públicas efetivam a contratação de forma análoga à que se pretende adotar pela Administração, cumprindo as regras e exigências legais e normativas.

8. Justificativa da escolha do tipo de solução a contratar

A solução que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional, é a pretensa: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. Salienta-se que a vigência da contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

9. Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Salienta-se que a Administração optou por preservar o sigilo da estimativa do valor da contratação até a conclusão da licitação. Nesse caso o orçamento estimado da contratação terá caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, sendo que o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo, nos termos do Art. 24, da Lei 14.133/21.

A justificativa para a opção do orçamento estimado sigiloso, observadas os aspectos e características da contratação, é fundamentada no entendimento da Administração no sentido de que, atribuindo-se o caráter sigiloso do valor estimado, aumenta a dinâmica da competitividade no certame, com potencial fomento à disputa e, conseqüentemente, ampliando a probabilidade da obtenção de melhores ofertas, e sem qualquer prejuízo para os interessados, pela indispensável divulgação do detalhamento dos quantitativos e demais informações necessárias para a devida elaboração de suas propostas.

A estimativa preliminar do valor da pretensa contratação, com a indicação dos elementos que lhe dão suporte, constará de anexo classificado a este Estudo Técnico Preliminar - ETP, em decorrência da opção administrativa pelo orçamento estimado sigiloso, conforme as disposições do Art. 18, § 1º, da Lei 14.133/21.

10. Descrição da solução como um todo

Conforme os elementos apresentados, a solução é: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE. Entende-se que o fornecimento poderá ser realizado na forma parcelada.

11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

De acordo com a legislação vigente, é obrigatório o parcelamento quando o objeto da contratação tiver natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto a ser licitado. Compras, obras ou serviços efetuados pela Administração serão divididos em tantos itens, parcelas e etapas que se comprovem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado, sem prejuízo da economia de escala. A norma ainda permite cotação de quantidade inferior à demandada no certame, com vistas à ampliação da competitividade, podendo o ato convocatório fixar quantitativo mínimo. Nesse sentido, o competente processo licitatório a ser deflagrado para efetivação da presente contratação será dividido em itens, conforme as características e especificações constantes da tabela acima destacada, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

12. Resultados pretendidos

A Administração almeja com a contratação da pretensa solução, em termos de economicidade, eficácia, eficiência e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, os seguintes resultados:

Em termos de economicidade, a efetivação da melhor contratação viável, especialmente quanto ao melhor custo benefício, relativamente a: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

Com relação à eficácia, o atendimento de todas as demandas logísticas e funcionais, no suporte às atividades finalísticas da Administração, inerentes aos correspondentes serviços prestados de interesse público. Quanto à eficiência, assegurar a continuidade da prestação regular de tais serviços, com demanda notadamente crescente, e do uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Relativo ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, com a contratação em análise, da forma como se apresenta - consideradas as especificações, prazos, quantitativos e demais exigências devidamente definidas -, espera-se o regular cumprimento, por parte do interessado que venha a ser contratado, de todas as obrigações e compromissos assumidos, pois, desse modo, não haverá a necessidade de rescisão contratual ou outras sanções em decorrência de inexecução do instrumento de ajuste pactuado, permitindo ao contratante, em vez de enviar esforços para a realização de novo certame destinado a contratação do mesmo objeto, destinar seus recursos humanos, materiais e financeiros para outras atividades fins da Administração.

Entende-se que a correta execução do objeto da contratação em tela, cuja regularidade será fiscalizada pela Administração, não atenta quanto ao meio ambiente e, principalmente, não acarretará impactos ambientais negativos.

13. Providências para adequação do ambiente da Administração

Verificou-se não haver a necessidade iminente de providências no sentido de adequações físicas no ambiente da Administração em decorrência da execução do objeto da contratação.

14. Análise de risco

Não foram identificados riscos substanciais a fora os comuns a toda contratação semelhante, tais como: a inexecução total ou parcial do ajuste pactuado; o não cumprimento de obrigações, especificações, projetos e prazos; bem como a ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

Entende-se que as ações, de iniciativa da Administração, necessárias para reduzir a ocorrência dos riscos identificados, já estão previstas nos normativos aos quais a contratação do presente fornecimento deverá estar devidamente fundamentada, representadas pelas sanções administrativas a serem definidas, observando-se os aspectos e características do seu objeto.

15. Requisitos específicos para a contratação

Observado o disposto na legislação pertinente, os aspectos e as características da despesa, bem como abordadas todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, entende-se que o certame a ser deflagrado deverá ainda contemplar requisitos específicos, compreendidos: o critério de julgamento definido de menor preço; a inexistência da possibilidade de participação da pessoa física; o caráter sigiloso do orçamento estimado da contratação e a não permissão da participação de sociedades cooperativas. Outros requisitos considerados determinantes - exigência de: capacidade técnico-operacional; e demonstrativo da situação financeira da empresa.

16. Conclusão

Com base nas especificações e requisitos da solução escolhida que melhor atende aos interesses e as necessidades da Administração, bem como considerando os elementos obtidos nos estudos preliminares realizados, avalia-se viável a contratação pretendida.

Sumé - PB, Abril de 2024.

HELENO RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
Chefe de Gabinete

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ

ANEXO AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1.Objeto

AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

2.Estimativas preliminares dos preços

Nos termos da norma vigente o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Informamos que, relativamente ao procedimento em tela, existe previsão de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado, conforme consulta prévia efetuada ao setor responsável.

Na pretensa contratação o valor estimado foi definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro: pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de seis meses de antecedência da data de divulgação do edital.

Com base nos custos para execução do objeto da contratação, definidos por meio de parâmetro de aferição do melhor preço na forma estabelecida no Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/21, relacionamos abaixo o menor preço encontrado.

A estimativa preliminar total é equivalente a R\$ 394.852,00.

Sumé - PB, Abril de 2024.

HELENO RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
Chefe de Gabinete

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
GABINETE DO PREFEITO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - APROVAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

1.0.DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1.O referido Estudo Técnico Preliminar apresenta os trabalhos iniciais realizados, onde foi analisada a contratação pretendida, ao final avaliada como viável, demonstrando os elementos e as indicações essenciais que servirão para embasar a elaboração do Termo de Referência, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Estudo Técnico Preliminar em tela aprovado nos termos como se apresenta.

Estudo Técnico Preliminar aprovado - Art. 6º, XX, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:

...

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação."

A elaboração dos estudos técnicos preliminares constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação - planejamento preliminar - e servem para assegurar a sua viabilidade técnica bem como o tratamento de seu impacto ambiental.

Sumé - PB, Abril de 2024.

ÉDEN DUARTE PINTO DE SOUSA
Prefeito

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ**

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

1.2.A contratação do fornecimento, objeto deste termo de referência, deverá considerar os seguintes normativos: Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas.

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

2.1.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.Para a estimativa de quantitativos:

2.2.1.O quantitativo e a respectiva unidade da presente contratação em função do consumo e utilização prováveis foram devidamente definidos mediante observância à previsão da demanda a ser atendida e possíveis alterações em decorrência das atividades a serem desenvolvidas e seus desdobramentos, bem como considerando o orçamento disponível e ainda a sequência histórica da realização de despesas semelhantes, quando existente.

3.0.DA COMPRA

3.1.As características e especificações do objeto da referida contratação são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	AGENDA DE COMPROMISSO PERMANENTE TAM 145X205MM	UNID	200
2	ALFINETE COLORIDO CABEÇA REDONDA, CAIXA C/50 UNIDADES	UNID	80
3	ALMOFADA PARA CARIMBO N 3 CAIXA PLASTICA COM ESPONJA ABSORVENTE ENTINTADA DIVERSAS CORES	UNID	80
4	APAGADOR DE QUADRO BRANCO,CORPO PLÁSTICO, COM FELTRO, DIMENSÕES 50MM(COMPRIENTO) X 60MM (LARGURA) X40MM (ALTURA)	UNID	250
5	APONTADOR DE LÁPIS PLASTICO SEM DEPOSITO (ESTILO ESCOLAR) C/24	CAIXA	20
6	ARQUIVO MORTO POLIONDA OFICIO 240X340X130MM CORES VARIADAS	UNID	700
7	BARBANTE EM ALGODÃO CRÚ, COM 08 FIOS	ROLO	30
8	BEXIGAS COLORIDAS SACO C/50 UNID	PACOTE	600
9	BOBINA ADESIVA RIPON	UNID	10
10	BOBINA PARA PONTO ELETRONICO	UNID	30
11	BLOCO PARA RECADOS ADESIVOS, 76MMX102MM, C/100 FLS	PACOTE	300
12	BLOCO PARA RECADOS MEIO OFICIO	UNID	150
13	BOBINA DE PAPEL TERMICO 0,57X0,30	UNID	60
14	BORRACHA BIOCOLOR PARA APAGAR LAPIS E CANETA RETANGULAR	UNID	100
15	BORRACHA ESCOLAR,BRANCA, MACIA, Nº 40, CAIXA C/40 UNIDADES	CAIXA	20
16	BORRACHA PONTEIRA BRANCA C/ 100 UNIDADES	PACOTE	60
17	CADERNO ARAMADO GRANDE 10 MATÉRIAS	UNID	250
18	CADERNO ARAMADO GRANDE CAPA DURA 1 MAT	UNID	250
19	CADERNO PEQUENO CAPA DURA LISA	UNID	180
20	CADERNO BROCHURA PEQUENO, CAPA MOLE, C/ 60 FLS, FORMATO 144X280 MM	UNID	300
21	CADERNO DESENHO GRANDE 48 FOLHAS	UNID	150
22	CAIXA CORRESPONDENCIA SIMPLES	UNID	10
23	CAIXA CORRESPONDENCIA DUPLA	UNID	10
24	CAIXA CORRESPONDENCIA TRIPLA	UNID	10
25	CALCULADORA GRANDE 12 DIGITOS	UNID	20
26	CALCULADORA MEDIA 08 DIGITOS	UNID	40
27	CANETA ESFEROG CX C/50 AZUL PONTA FINA	CAIXA	120
28	CANETA ESFEROG CX C/50 PRETO PONTA FINA	CAIXA	80
29	CANETA ESFEROG CX C/50 VERM PONTA FINA	CAIXA	40
30	CANETA RETROPROJETOR P. GROSSA CX C/12 UNID	CAIXA	15
31	CAPA P/ ENCADERNAÇÃO A4 C/ 100	PACOTE	5
32	CARBONO 1 FACE AZUL C/100 FL	UNID	10
33	CARTOLINA COLORSET	UNID	1000
34	CARTOLINA COMUM CORES VARIADAS	UNID	3000
35	CARTOLINA GUACHE	UNID	800
36	CARTOLINA LAMINADA	UNID	500
37	CARTOLINA MICROONDULADA	UNID	250
38	CLASSIFICADOR DUPLO	UNID	300
39	CLIPS NIQUELADO 3/0 CX C/50	UNID	150

40	CLIPS NIQUELADO 6/0 CX C/50	UNID	150
41	CLIPS NIQUELADO 8/0 CX C/25	UNID	150
42	COLA BRANCA EM BASTAO, 8 GRS, A BASE DE ÁGUA, COM GLICERINA, LAVAVEL NÃO TÓXICO	UNID	40
43	COLA BRANCA LIQUIDA PARA PAPEL 1KG	UNID	100
44	COLA BRANCA LIQUIDA, COM 90 G, NÃO TÓXICA	UNID	200
45	COLA COLORIDA CAIXA C/6 UNIDADES	UNID	70
46	COLA COLORIDA COM GLITTER, CORES SORTIDAS, LÍQUIDA, C/04 CORES	UNID	70
47	COLA DE EVA 90G	UNID	15
48	COLA DE ISOPOR 900G	UNID	30
49	COLA INSTANTANEO 20G	UNID	30
50	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA FINA1KG	PACOTE	40
51	COLA QUENTE – BASTAO DE ESPESSURA GROSSA1KG	PACOTE	40
52	CONTRA CAPA P/ ENAD A4 C/100	PACOTE	5
53	CORRETIVO LIQUIDO, À BASE DE ÁGUA, ATÓXICO, LAVÁVEL, DE SECAGEM RÁPIDA, PARA APLICAÇÃO EM PAPEL E SIMILARES, FRASCO DE 18ML	UNID	80
54	CORTADOR DE ISOPOR	UNID	2
55	DUREX GRANDE (12X65)	UNID	50
56	DUREX PEQUENO (12X10)	UNID	50
57	DVD GRAVÁVEL	UNID	100
58	ENVELOPE BRANCO GRANDE C/100	PACOTE	50
59	ENVELOPE BRANCO MÉDIO C/100	PACOTE	50
60	ENVELOPE BRANCO PEQUENO C/100	PACOTE	30
61	ENVELOPE BRANCO TAM. OFICIO C/100	PACOTE	50
62	ENVELOPE MADEIRA GRANDE C/100	PACOTE	50
63	ENVELOPE MADEIRA MÉDIO C/100	PACOTE	50
64	ENVELOPE MADEIRA PEQUENO C/100	PACOTE	30
65	ENVELOPE MADEIRA TAM.OFICIO C/100	PACOTE	50
66	ESTILETE ESTREITO	UNID	60
67	ESTILETE LARGO	UNID	60
68	ETIQUETA DE PREÇO GRANDE C/06 UNID	PACOTE	5
69	ETIQUETA DE PREÇO PEQUENO	PACOTE	5
70	EXTRATOR DE GRAMPO METAL	UNID	70
71	FITA ADESIVA LARGA(TRANSPARENTE)	UNID	150
72	FITA CREPE ESTREITA (18X50)	UNID	50
73	FITA CREPE LARGA	UNID	50
74	FITA DECORATIVA COLORIDA	UNID	80
75	FITA DUPLA FACE FINA (12X30)	UNID	50
76	FITA DUPLA FACE LARGA	UNID	50
77	FITILHO COLORIDO FINO	UNID	100
78	FOLHA DE ISOPOR 10 MM	UNID	30
79	FOLHA DE ISOPOR 15 MM	UNID	30
80	FOLHA DE ISOPOR 20 MM	UNID	30
81	GLITTER ESCOLAR CAIXA C/12	PACOTE	50
82	GRAMPEADOR PARA MADEIRA AZUL	UNID	8
83	GRAMPEADOR DE MESA PARA GRAMPEAR ATE 100 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6	UNID	10
84	GRAMPEADOR DE MESA, PARA GRAMPEAR ATE 25 FOLHAS, GRAMPO TIPO 26/6	UNID	80
85	GRAMPO 26/6 CAIXA C/5000	UNID	150
86	GRAMPO 106/6 CAIXA C/3500	UNID	20
87	GRAMPO TRILHO METALIZADOS ESTENDIDO PARA PASTA 80 MM CX C/50 UNID.	UNID	30
88	LAPIS DE CERA GD CX C/12	CAIXA	300
89	LAPIS DE COR, TAMANHO GRANDE, CAIXA C/12 UNID	CAIXA	500
90	LÁPIS GRAFITE Nº2, HEXAGONAL, CAIXA C/144 UNID	CAIXA	60
91	LÁPIS HIDROCOR GRANDE CX C/12	CAIXA	300
92	LÁPIS MARCA TEXTO CX C/12	CAIXA	40
93	LÁPIS P/QUADRO BRANCO CX C/12	CAIXA	80
94	LÁPIS PINCEL ATÔMICO CX C/12	CAIXA	20
95	LIGA DE BORRACHA PACOTE 110GR	PACOTE	50
96	LIVRO DE ATA 100 FLS	UNID	100
97	LIVRO DE PONTO C/100 FOLHAS	UNID	80
98	LIVRO DE PROTOCOLO 100 FLS	UNID	60
99	LIVRO REGISTRO – PSICOTROPICO	UNID	4
100	MASSA MODELAR GRANDE	CAIXA	300
101	MOLHADOR DE DEDOS EM PASTA C/12GR	UNID	20
102	PAPEL CAMURÇA, CORES VARIADAS, 40X60CM	UNID	200
103	PAPEL CARTAO LISO C/50	PACOTE	150
104	PAPEL CASCA DE OVO C/50	PACOTE	50
105	PAPEL CELOFONE	UNID	200
106	PAPEL CREPOM SIMPLES	UNID	300
107	PAPEL FOTO A4 ADESIVO C/20 UNID	PACOTE	40
108	PAPEL LAMINADO	UNID	100
109	PAPEL MADEIRA	UNID	250
110	PAPEL OFICIO A4	RESMA	3000
111	PAPEL OFICIO COLORIDO C/100	PACOTE	100
112	PAPEL PAUTADO C/16 UNID	PACOTE	50
113	PAPEL PRESENTE	UNID	300
114	PAPEL SEDA	UNID	500

115	PASTA AZ LARGA	UNID	300
116	PASTA C/TRILHO PLASTICA	UNID	300
117	PASTA ESCOLAR 18MM	UNID	140
118	PASTA ESCOLAR 30MM	UNID	100
119	PASTA ESCOLAR 40MM	UNID	80
120	PASTA ESCOLAR 55MM	UNID	80
121	PASTA OFICIO PLÁSTICA	UNID	500
122	PASTA SUSPENSA PAPELÃO	UNID	200
123	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS	UNID	4
124	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 50 FOLHAS	UNID	6
125	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 40 FOLHAS	UNID	15
126	PERFURADOR DE PAPEL, CORPO METÁLICO COM 2 FUIROS, CAPACIDADE PARA 20 FOLHAS	UNID	10
127	PINCEL ACHATADO Nº08 C/12 UNID	UNID	10
128	PINCEL ACHATADO Nº12 C/12 UNID	UNID	10
129	PINCEL ACHATADO Nº14 C/12 UNID	UNID	10
130	PINCEL ACHATADO Nº16 C/12 UNID	UNID	10
131	PINCEL ACHATADO Nº20 C/12 UNID	UNID	10
132	PINCEL ACHATADO Nº22 C/12 UNID	UNID	10
133	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	UNID	30
134	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	UNID	30
135	PLACA E.V.A. COM GLITTER C/ 5 UNID	FOLHA	500
136	PLACA E.V.A. FINA COMUM C/10 UNID	FOLHA	500
137	PORTA LAPIS E CLIPES ACRILICO	UNID	30
138	PRANCHETA ACRILICA TAM. OFICIO	UNID	50
139	PRANCHETA NORMAL GRANDE	UNID	80
140	PRANCHETA NORMAL PEQUENA	UNID	60
141	QUADRO BRANCO 1200CMX150CM	UNID	10
142	QUADRO BRANCO 90CMX120CM	UNID	10
143	QUADRO DE AVISO 60X90	UNID	10
144	REABASTECEDOR PARA LAPIS QD BRANCO 1L	UNID	40
145	REGUA TRANSPARENTE 30 CM	UNID	200
146	SUPORTE P/DUREX GRANDE	UNID	10
147	SUPORTE P/DUREX PEQUENO	UNID	15
148	TECIDO NÃO TEXTURIZADO – TNT , COM NO MÍNIMO 1,40 M DE LARG (CORES DIVERSAS), ROLO 40METROS	ROLO	50
149	TESOURA ESCOLAR, PONTA ARREDONDADA, CABO PLÁSTICO, 13cm	UNID	200
150	TESOURA PARA USO GERAL, LAMINA DE AÇO INOXIDAVEL, 17,8 CM	UNID	80
151	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA POTES 250ML	UND	80
152	TINTA GUACHE A BASE D'AGUA CX C/6 POTES	CAIXA	250
153	TINTA P/ ALMOFADA DE CARIMBO 100ml	UNID	30
154	TINTA PARA LÁPIS PILOTO 100ml	UNID	20
155	TINTA PARA TECIDO SIMPLES 37ml	UNID	150
156	TINTA PARA TECIDO COM BRILHO 37ml	UNID	50
157	CARDERNO DE FOLHA PAUTA PEQUENO (MÚSICA)	UNID	50
158	FITA CETIM C/10 METROS N2	UNID	200
159	PALITO PARA ALGODÃO DOCE PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50
160	PALITO DE CHURASCO, PACOTE COM 10 UNIDADES	UNID	50
161	PALITO PARA PICOLÉ, PACOTE COM 100 UNIDADES	UNID	50
162	SACO TRANSPARENTE PARA EMBALAGEM GRANDE C/ 50 UNIDADES	UNID	20
163	SACO TRANSPARENTE PARE EMBALAGEM MÉDIA C/ 50 UNIDADE	UNID	20
164	SACOLA KRAFT PARA LEMBRACINHA MÉDIA C/10 UNIDADES	UNID	30
165	SACOLA KRAFT PARA LEMBANCINHA PEQUENA C/10 UNIDADES	UNID	100

4.0.DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP

4.1.Salienta-se que na referida contratação, não será concedido o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos das disposições contidas nos Arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123/2006, visto estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, do mesmo diploma legal.

4.2.A participação no certame, portanto, deverá ser aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

5.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

5.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

5.4.Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

6.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.

6.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.

6.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.

6.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

6.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.

6.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

6.7. Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

7.0.DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA

7.1. O prazo máximo para a execução do objeto desta contratação e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

7.1.1. Entrega: 5 (cinco) dias.

7.2. Salvo disposições em contrário devidamente estabelecidas neste instrumento, o local para a entrega, observada a demanda e oportunidade, será na sede do Contratante ou em uma das unidades administrativas, por ele indicada, que compõe a sua estrutura operacional.

7.3. A vigência da presente contratação será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

8.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

8.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

8.2. Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

8.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

9.0.DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

10.0.DA VERIFICAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.1. Se necessária a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira do licitante, a documentação essencial, suficiente para comprovar as referidas capacidades, será restrita aquela definida nos Arts. 67 e 69, da Lei 14.133/21, respectivamente.

10.2. Salienta-se que a documentação relacionada nos Arts. 66 a 69, da Lei 14.133/21, para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto eventualmente pactuado, dividida em habilitação jurídica; qualificação técnico-profissional e técnico-operacional; habilitações fiscal, social e trabalhista; e habilitação econômico-financeira; poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações em valores inferiores a um quarto do limite para dispensa de licitação para compras em geral, conforme as disposições do Art. 70, do mesmo diploma legal.

11.0.DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

11.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

12.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

12.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

13.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

13.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

14.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

14.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Sumé - PB, 05 de Abril de 2024.

HELENO RAMOS DE OLIVEIRA JÚNIOR
Chefe de Gabinete



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ
GABINETE DO PREFEITO**

TERMO DE REFERÊNCIA - APROVAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

1.0.DO TERMO DE REFERÊNCIA

1.1.O referido Termo de Referência apresenta os elementos necessários e suficientes, com o nível de precisão adequados, para a caracterização do objeto da contratação pretendida, de modo a melhor atender aos interesses e as necessidades da Administração, representada pela sua estrutura organizacional.

2.0.DA APROVAÇÃO

2.1.Fica o Termo de Referência em tela aprovado na forma como se apresenta.

Termo de Referência aprovado - Art. 6º, XXIII, da Lei 14.133/21:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:"

...

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:"

A elaboração do termo de referência, a partir dos estudos técnicos preliminares, deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação.

Sumé - PB, 05 de Abril de 2024.

ÉDEN DUARTE PINTO DE SOUSA
Prefeito